

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

JOÃO MANSUR	ARENA
SANTOS LIMA	ARENA
ODILON REINHARDT	ARENA
JORGE SATO	ARENA
MUGGIATI FILHO	MDB
DAVID FEDERMANN	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO COSTA	ARENA
ANTONIO L. JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO M. DE OLIVEIRA	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
IGO LOSSO	ARENA
IRIS CALDART	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ R. SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
NELSON BUFFARA	MDB
OLAVO FERREIRA	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
ROSÁRIO PITTELI	ARENA
SEBASTIÃO R. JUNIOR	MDB
WILSON BRANDÃO	ARENA
WILSON FORTES	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima (Em exercício na Presidência)  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt  
1.º SECRETÁRIO — JORGE SATO  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (MDB)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (MDB)

### RESOLUÇÃO N. 2-73

Data: 9 de janeiro de 1973.

Símula: Aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, representado pela Secretaria da Agricultura e a União, representada pelo Ministério da Agricultura, objetivando a execução do Sub-Programa de Apoio Governamental à implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 14 de julho de 1972, entre o Estado do Paraná, representado pela Secretaria de Agricultura e a União, representada pelo Ministério da Agricultura, objetivando a execução à nível estadual do Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN, visando acelerar a produção e a utilização de sementes melhoradas, segundo as diretrizes técnicas preconizadas ao Plano Nacional de Sementes — PLANASEM.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 9 de janeiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

### DECRETOS LEGISLATIVOS:

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 23-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 9.617-72, de 1.º de dezembro de 1972, deste Poder,

mandar pagar, de acordo com o Decreto Federal n. 68.100, de 20 de janeiro de 1.971, que alterou a redação dos artigos 1.º e 2.º, do Decreto Federal n. 66.142, de 30 de janeiro de 1.970, aos funcionários abaixo relacionados, à dis-

posição da Comissão Geral de Investigações — Subcomissão do Paraná, as gratificações que especifica:

I — Luiz Douglas Ferreira, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a gratificação de função inerente ao cargo, a partir de 1.º de agosto de 1.969;

II — Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a gratificação de função inerente ao cargo, a partir de 1.º de novembro de 1.970; e,

III — Maria Alba Mendes Silva Gastão Barbosa Xavier, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, as gratificações de função de Auxiliar de Gabinete, do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas e de Representação de Gabinete, no período compreendido entre 1.º de agosto de 1.969 e 3 de agosto de 1.971.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de fevereiro de 1.973

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 24-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 55-73, de 3 de janeiro de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Antonio Gulbino, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 25-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 9.524-72, de 29 de novembro de 1.972, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Artigo 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Nelita Ribeiro dos Santos, ocupante do cargo de nível "PL-19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.970, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 26-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 9.662-72, de 4 de dezembro de 1.972, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Darci Kliemann, ocupante do cargo de nível "PL-29", da Série de Classes de Cirurgião Dentista, do Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de hum (1) mês, correspondente ao dobro das férias relativas a quinze (15) dias de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 27-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 10.233-72, de 20 de dezembro de 1972, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Zeno Paciornik, ocupante do cargo de nível "PL-25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de hum (1) mês, correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias referentes ao ano de 1971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 28-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 64-73, de 3 de janeiro de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Antonio Alves Carneiro, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de



dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 29-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 10.239-72, de 20 de dezembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Pedro Alvares dos Santos, ocupante do cargo de nível "PL-30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de cinco (5) meses e oito (8) dias, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.968, 1.971, e dezoito (18) dias de 1.970, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 30-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 8.902-72, de 9 de novembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Elza Carneiro Camargo, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 31-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 16-73, de 2 de janeiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a Armando Petrocini, ocupante do cargo em Comissão, de Chefe do Serviço de Segurança desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 30 de dezembro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 32-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 56-73, de 3 de janeiro de 1.973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Artigo 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Alberto Savio Assaf, ocupante do cargo de nível "PL-26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 33-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 8.901-72, de 9 de novembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar pagar a Rosa Collaço de Oliveira, viúva de Bernardino Collaço de Oliveira, ex-servidor da Secretaria desta Assembléia, falecido no dia 26 de maio de 1972, o salário-família a que tem direito, com fundamento no parágrafo único, do Art. 195 e Art. 196, incisos I, II e IV, combinados com o Art. 356, todos da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 1.º de junho de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 34-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.268-73, de 27 de fevereiro de 1.973, deste Poder,

R E S O L V E:

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Guarapuava, o funcionário Plínio Antonio de Sotti Lopes, ocupante do cargo de Advogado, nível "PL-28", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 35-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 474-73, de 25 de janeiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970, o funcionário Manoel Martins de Castro, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1.º de janeiro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 36-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 822-73, de 13 de fevereiro de 1.973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar pagar a Ivonette Therezinha Tedeschi, Marilene Tedeschi, Augusto João Tedeschi e Rogério Tedeschi, viúva e filhas do ex-servidor Haroldo João Tedeschi, da Secretaria desta Assembléia, o salário família a que tem direito, com fundamento no parágrafo único, do Art. 195 e 196, inciso I e II, combinados com o Art. 356, todos da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a partir de 1.º de março de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 37-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 185-73, de 8 de janeiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Adel Metring Fracallacci Espinola, ocupante do cargo de nível "PL-27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (8) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1969, 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 38-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 75-73, de 3 de janeiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Ayrton Alves Aranha, ocupante do cargo de nível "PL-25", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 39-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 115-73, de 5 de janeiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Ignez de Oliveira, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível "PL-23", o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 40-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 110-73, de 4 de janeiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Antonio Carlos Dantas, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Oficial de Administração, do Quadro Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 41-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 284-73, de 10 de janeiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de João Andre Clele, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, de nível "PL-23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de



quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 42-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 162-73, de 8 de janeiro de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Antonio Massucheto, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, nível "PL-20", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 43-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 241-73, de 10 de janeiro de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Darci Kliemann, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista nível "PL-29", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (1) mês, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 44-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 239-73, de 10 de janeiro de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Iracy da Silva Rudnik, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais (5%) cinco por cento, a partir de 7 de janeiro de 1973, data em que completou 10 (dez) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 170, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de janeiro de 1973.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 45-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 73-73, de 3 de janeiro de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Armando Soichi Iwaya ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economista, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 46-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 8.648-72, de 31 de outubro de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar pagar a Alicia Rubniak de Paula e Cleonice Aparecida de Paula, respectivamente viúva e filha solteira do ex-servidor da Secretaria desta Assembléia, Clodoveu de Paula, falecido em 24 de outubro de 1972, o salário família a que tem direito, com fundamento no parágrafo único, do Art. 195 e 196, incisos I e II, combinados com o Art. 356 todos da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 1.º de novembro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 47-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 326-73, de 12 de janeiro de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970 em favor de Alexandre Radichewski, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 48-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 454-73, de 24 de janeiro de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Walter José Feixer, ocupante do cargo de nível PL "28" da Série de Classes de Técnico de Administração do Grupo ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 49-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 389-73, de 17 de janeiro de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a José Osvaldo de Almeida Garcia Redondo, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Auxiliar Técnico Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais (5%) cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 17 de janeiro de 1973, data em que completou 10 (dez) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de 10% por cento, face ao que dispõe o Art. 170, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 50-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 237-73 de 10 de janeiro de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 em favor de Rute da Silva Lopes ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 51-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 236-73, de 10 de janeiro de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970, em favor de José Carlos Pereira Portela ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de (4) quatro meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 52-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 217-73, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Isaura Bueno, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de (10%) dez por cento, a partir de 7 de novembro de 1972, data em que completou 10 (dez) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 170, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 53-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 248-73 de 10 de janeiro de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Andreilina Correia Alves, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais (5%) cinco por cento, sobre seus vencimentos, perfazendo um total de (10%) dez por cento, a partir de 07 de maio de 1972, data em que completou 10 (dez) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais de acordo com o Art. 170, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário



## DECRETO LEGISLATIVO N. 54-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 247-73, de 10 de janeiro de 1973, deste Poder.

## RESOLVE:

conceder a Rosaria de Lima Azevedo, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais (5%) cinco por cento, sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de (10%) dez por cento a partir de 07 de janeiro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 170, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 55-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 392-73, de 17 de janeiro de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

I — atribuir a Ernesto Gomes Cordeiro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, a partir de 17 de janeiro de 1973;

II — autorizar na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário acima citado a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos a partir de 17 de janeiro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 56-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o processo protocolado sob o n. 175-73, de 8 de janeiro de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 em favor de Leonildo Marchioro ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 57-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 304-73, de 11 de janeiro de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Artigo 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 em favor de Edmir Enézio da Silva, ocupante do cargo de nível PL "20" da Série de Classes de Contabilidade, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 58-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 238-73, de 10 de janeiro de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 em favor de Hilda Matthies Blanc, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972 que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 59-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 352-73, de 15 de janeiro de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 em favor de Neveirino Ribeiro de Lima ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes, de Oficial de Serviços Gerais do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 60-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o processo protocolado sob o n. 117-73, de 5 de janeiro de 1973, deste Poder.

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Maria do Carmo de Oliveira ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 61-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 164-73, de 08 de janeiro de 1973, deste Poder.

## RESOLVE:

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Normando Pedro Culpí, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de fevereiro de 1973

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 62-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

nomear Juarez da Fonseca, para o cargo em Comissão de Chefe de Gabinete da 1.ª Secretaria, recebendo as vantagens inerentes ao cargo, ficando dispensado a pedido o atual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de março de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 63-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

I — nomear para os cargos em Comissão, os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, abaixo especificados, recebendo as vantagens inerentes ao cargo:

Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral  
Clovis Stadler de Souza — Diretor do Departamento Administrativo  
Ronaldo Baptista — Diretor do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal.

Luciano Lacerda Filho — Tesoureiro Geral  
Alberto Carazzai Neto — Diretor do Departamento Legislativo  
Antonio M. Anibelli — Chefe da Divisão das Comissões do Departamento Legislativo.

II — ficando exonerados a pedido os atuais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de março de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 65-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

I — determinar o retorno de todos os funcionários adidos a esta Assembléia, para suas repartições de origem;

II — ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de março de 1973.

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 66-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

Lotar no Gabinete da Presidência, o funcionário Lazaro da Silva, Auxiliar de Plenário Nível PL "14", do Quadro da Secretaria desta Assembléia Legislativa, percebendo 50% (cinquenta por cento) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de março de 1973.

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 67-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

nomear Ivo Gusso, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência deste Poder Legislativo, de provimento em Comissão Símbolo I-C, percebendo as vantagens inerentes, a partir de março corrente.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de março de 1973

- OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- JORGE SATO — 1.º Secretário
- JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário



## DECRETO LEGISLATIVO N. 68-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

## R E S O L V E :

I — designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, para os cargos abaixo especificados do Gabinete da Presidência,

## ASSESSORES

Delta de Almeida Cardoso  
Walter Adão Pinto de Macedo  
Fausto Luiz Abry

## OFICIAIS DE GABINETE

Joguibe Mansur  
Lydia Schonbachler de Almeida  
Alston Xavier da Silveira

## AUXILIARES DE GABINETE

Areodiva Marm de Souza  
Leonilda Bittenicourt  
Joaquim Vieira da Silva

## MOTORISTAS

Francisco Tábor da Ribeiro  
Joel da Silva Natal

II — ficando dispensados a pedido os atuais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de março de 1973

OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 69-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

## R E S O L V E :

exonerar a pedido, Francisco Valio Vaz, do cargo de Chefe de Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a partir de 2 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de março de 1973

OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 70-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

## R E S O L V E :

dispensar a pedido Ivo Gusso e Nicanor Vasconcellos de Souza, dos cargos de Chefe de Gabinete da Liderança da Arena e Governo e Liderança do Governo, respectivamente, a partir de 2 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de março de 1973

OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 71-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

## R E S O L V E :

lotar no Gabinete da Presidência deste Poder Legislativo, o funcionário Nicanor de Vasconcellos Souza, Assistente Técnico, a partir de 2 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de março de 1973

OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

## Ata da 2.ª Sessão Ordinária

Realizada em 8 de Março de 1973 - (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Olavo Ferreira.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzzi, Erondy Silvério, Fábio Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Quilse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Domício Scaramella, Igo Losso, João Fadel, Lázaro Dumont, Marciano Baraniuk, Paulo Poli, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

## MENSAGENS:

## MENSAGEM

1/73

Curitiba, 22 de janeiro de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitu-

cionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 25 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Londrina, visando organizar o serviço de Rádio Patrulha daquele Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero à Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Convênio que entre si fazem, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Município de Londrina.

Pelo presente instrumento particular, de um lado a Secretaria de Segurança Pública, representada pelo seu titular, General Mário Carneiro Portes, e do outro o Município de Londrina, representado pelo Prefeito Municipal, Dr. Dalton Fonseca Paranaíba, com base no Artigo 117 da Constituição Estadual e tendo em vista a autorização contida no Ofício n.º 611, de 21 de julho de 1972, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, resolvem, de pleno e comum acordo, celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA — A Secretaria de Segurança Pública, através da Polícia Militar do Estado do Paraná, por Unidade desta, com jurisdição no Município de Londrina, organizará e manterá em funcionamento, com seu próprio efetivo, o serviço de policiamento de Rádio Patrulha.

SEGUNDA — O serviço de Rádio Patrulha, atenderá ao Município de Londrina e, eventualmente, em caso de excepcional emergência, outros municípios circunvizinhos.

TERCEIRA — Os procedimentos permanentes de operação e as côres das viaturas do serviço de Rádio Patrulha, objeto deste Convênio, serão os adotados pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

QUARTA — O Município de Londrina dotará o serviço de Rádio Patrulha, objeto deste Convênio, de 5 (cinco) viaturas modelo especial (Chevrolet Opala Patrulheiro) para serviço da Polícia, equipados com estação rádio-móvel transreceptor, luzes de alerta e sirena, bem como uma estação fixa de comunicações, devidamente instalada, como os demais equipamentos e acessórios constantes do levantamento de necessidade elaborado pela Polícia Militar.

QUINTA — A Central fixa de comunicações do serviço de Rádio Patrulha será instalada em dependências próprias cedidas pela Prefeitura Municipal de Londrina.

SEXTA — As viaturas constantes deste Convênio, somente poderão ser utilizadas no policiamento ostensivo, tipo Rádio Patrulha, assim definido pela legislação pertinente, não podendo ser utilizados em outros serviços.

SETIMA — A ampliação do número de viaturas e equipamentos do serviço de Rádio Patrulha, bem como a renovação dos veículos existentes, serão efetivadas dentro dos recursos disponíveis da Prefeitura Municipal.

OITAVA — A responsabilidade pela manutenção, reparos e combustíveis das viaturas bem como equipamentos, objeto deste Convênio será de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública.

NONA — O Município de Londrina compromete-se a incluir nos seus orçamentos anuais uma verba auxiliar de custeio, nunca inferior à quantia correspondente a 45 salários mínimos vigentes na Capital do Estado.

DECIMA — As viaturas, além dos dizeres adotados pela Polícia Militar do Estado do Paraná, conterão as palavras: Convênio de Segurança — Estado do Paraná — Município de Londrina.

DECIMA PRIMEIRA — Além de sua missão normal de patrulhamento, caberá ao serviço de Rádio Patrulha, objeto deste Convênio, a prestação supletiva de serviço de utilidade pública, na forma de assistência à população, principalmente para: propiciar socorros médicos de urgência, transporte de doentes e feridos, deter, transportar e custodiar alienados, encaminhar pessoas e coisas perdidas, dar informações de interesse público, encaminhar menores.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente Convênio, em seis vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Londrina, 25 de outubro de 1972

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Dalton Fonseca Paranaíba

Prefeito Municipal

## TESTEMUNHAS:

1a. (Assinatura Ilegível)

2a. (Assinatura Ilegível)

— A Comissão de Constituição e Justiça.

## MENSAGEM

2/73

Curitiba, 22 de janeiro de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n. 10-72, celebrado em 20 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero à Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

## ACORDO N. 10/72

Acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o Governo do Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente "Governo", representado neste ato pelo seu Governador, Pedro Viriato Parigot de Souza, ao final assinado, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul,



a seguir denominada simplesmente "SUDESUL", autarquia federal, neste ato representada por seu Superintendente, Paulo Affonso de Freitas Melro, na forma do artigo 15 do Decreto-lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967, têm justo, certo e combinado a celebração do presente Acordo, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETIVO

O presente Acordo visa a participação do "Governo" nas atividades 2 cargo da "SUDESUL" na 2a. fase do Estudo do Controle da Erosão no Noroeste do Estado do Paraná, parte integrante do Acordo de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos assinado em 21-5-71.

Parágrafo Primeiro — O Plano de Trabalho, referente à 2a. fase, visa a elaboração de um Plano de Desenvolvimento para o Noroeste do Paraná.

Parágrafo Segundo — O "Governo" participará das atividades relativas a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná nas condições específicas no presente documento

#### CLÁUSULA SEGUNDA — DAS ATIVIDADES

As atividades de que trata a Cláusula Primeira serão desenvolvidas através de estudos específicos, os quais serão realizados conjuntamente pela "SUDESUL" e "Governo", como contrapartida nacional do Acordo referido.

Parágrafo Primeiro — As atividades mencionadas no "caput" desta Cláusula compreenderão todas as relacionadas no Plano de Trabalho a ser assinado, mencionado na Cláusula Primeira e enunciativamente nas seguintes áreas prioritárias:

- a) Coleta e revisão dos antecedentes básicos disponíveis a que constituem o marco de referência de todo o trabalho a ser desenvolvido;
- b) Revisão do Plano de Trabalho, quando se identificarão as áreas ou setores nos quais se aprofundarão os estudos;
- c) Estudos, pesquisas e análises, visando detalhar aspectos relevantes ou particulares identificados na etapa anterior, de coleta e análise dos antecedentes básicos, configurando-se como parte substancial dos trabalhos a serem desenvolvidos;
- d) Formalização das recomendações baseadas nas etapas anteriores e que constituirão em subsídios para alimentar o processo decisório a nível do setor privado e/ou, principalmente, do setor público.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — DOS DIRETORES

Para a Direção dos trabalhos previstos, concordam a "SUDESUL" e o "Governo" em que caberá à primeira a Direção Nacional do Estudo, e ao segundo, a Direção Técnica Nacional, conforme o Acordo de Assistência Técnica mencionado à Cláusula Primeira deste instrumento.

Parágrafo Primeiro — O Diretor Técnico Nacional será indicado pelo "Governo" à "SUDESUL", que providenciará na sua nomeação junto à Comissão Executiva do Acordo de Assistência Técnica referido no "caput" desta Cláusula.

Parágrafo Segundo — Os Diretores serão diretamente responsáveis pelo bom andamento dos trabalhos perante os signatários do presente instrumento, os quais, de comum acordo resolverão os casos omissos, e eventuais dúvidas que venham a surgir, na sua execução.

Parágrafo Terceiro — As funções do Diretor Nacional e do Diretor Técnico Nacional serão desempenhadas conforme estabelece o Acordo de Assistência Técnica mencionado na Cláusula Primeira deste Acordo.

#### CLÁUSULA QUARTA — DA CONTRIBUIÇÃO DAS PARTES

A "SUDESUL" e o "Governo" se comprometem a propiciar todas as facilidades a seu alcance para o atendimento do objeto do presente instrumento, comprometendo-se especificamente, a ceder as informações que disponham recomendar às suas unidades que prestem toda colaboração possível às Direções referidas, além de fornecer apoio logístico.

Parágrafo Primeiro — O "Governo" ficará com os encargos de ceder área mínima de 200 metros quadrados para a instalação da Unidade Técnica do Estudo, devidamente equipada com luminárias, móveis e telefones.

Parágrafo Segundo — A "SUDESUL" ficará com os encargos de equipar e manter a Unidade Técnica, entendido como tal o fornecimento e manutenção de veículos, máquinas e utensílios, bem como o provimento do material de consumo e serviços necessários ao bom funcionamento dos trabalhos

Parágrafo Terceiro — Dentro de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do Plano de Trabalho, a que se refere a Cláusula Primeira, o Diretor Nacional e o Diretor Técnico Nacional indicarão os técnicos que atuarão nos trabalhos constantes do cronograma de especialistas do referido Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto — As despesas decorrentes do engajamento de servidores da "SUDESUL" ou do "Governo" à Unidade Técnica serão de exclusiva responsabilidade de cada uma das partes, conforme a origem dos citados servidores.

Parágrafo Quinto — A contratação de técnicos necessários, que não puderem ser fornecidos pelos quadros da "SUDESUL" ou do "Governo", será de responsabilidade da "SUDESUL".

Parágrafo Sexto — O pessoal administrativo e auxiliar, será fornecido preferencialmente pelo "Governo".

#### CLÁUSULA QUINTA — DA UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

O "Governo" e a "SUDESUL" utilizarão livremente as informações e dados colhidos durante as atividades objeto deste instrumento, desde que liberados expressamente pelos Diretores e pela Chefia da Missão.

Parágrafo Único — Concluído o objeto do presente Acordo, os documentos relativos às informações e dados antes referidos ficarão à disposição da "SUDESUL" e do "Governo", sob a guarda deste, após a liberação final pela Unidade Técnica.

#### CLÁUSULA SEXTA — DA VIGÊNCIA

O presente Acordo vigorará por 12 (doze) meses, prorrogáveis de comum acordo entre o "Governo" e a "SUDESUL".

E, por estarem acordes, mandaram que eu, (Assinatura Ilegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 vias de igual teor e forma, datilografado em 5 laudas, por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica... que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes concordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 20 de outubro de 1972.

Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, "Governo"

Superintendente Paulo Affonso de Freitas Melro, "SUDESUL"

#### TESTEMUNHAS:

1a. (Assinatura Ilegível)

2a. (Assinatura Ilegível)

Firmas reconhecidas no original.

— A Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM

3/73

Curitiba, 25 de janeiro de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altônia, Adrianópolis, Rondon, Barracão, Indianópolis, Cianorte e Sertãozinho, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reiteiro à Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **Pedro Viriato Parigot de Souza**

Governador do Estado

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Imbituva, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Miguel Pedroso Schroeder, Prefeito Municipal de Imbituva, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 61 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948), e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitem melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 58) nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação continuada policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Imbituva, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.



**CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade de Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 18 de novembro de 1972.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública  
as. Ilegível — Prefeito Municipal  
as. Ilegível — Testemunha  
as. Ilegível — Testemunha

**CONVENIO**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São Jorge, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, presentes o senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança, e o Senhor João Bovo Filho, Prefeito Municipal de São Jorge, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (Itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a Autorização Governamental de 21.VII.72, publicada no Diário Oficial n. 102-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos. Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento capital) e do verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da Administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município, ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de São Jorge, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza, de conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLÁUSULA QUARTA — Da Atribuição e Delegação**

As atribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio, processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLÁUSULA SEXTA — Vigência**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio**

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 25 de novembro de 1972.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública  
JOAO BOVO FILHO — Prefeito Municipal de São Jorge  
as. Ilegível — Testemunhas  
as. Ilegível — Testemunhas

**CONVENIO**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Altônia, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná presente o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Antonio de Castro Lima, Prefeito Municipal de Altônia, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.07.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Altônia, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais

II — Pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio, processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLÁUSULA SEXTA — Vigência**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio**

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 27 de setembro de 1972

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública  
ANTONIO DE CASTRO LIMA — Prefeito Municipal de Altônia



# CONVÊNIO

Convênio que celebram, entre si de um lado o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário dos Negócios de Segurança Pública, Gal. Mário Carneiro Portes, e de outro lado o Município de Adrianópolis, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Loizel R. Bittencourt, com a finalidade de auxílio a Delegacia de Polícia desta cidade, para manutenção de viatura policial, compra de peças, combustíveis e reparos gerais e ajuda de custo ao Encarregado do Serviço de Rádio, a fim de ser dado a implantação de um sistema eficiente, preventivo e repressivo, na forma e condições seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA** — A Prefeitura Municipal de Adrianópolis, consoante a previsão e autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 178, de 18 de agosto de 1972, uma verba de Cr\$ 4.000,00 (Quatro mil cruzeiros), para o exercício de 1972, como ajuda de custo e auxílio à manutenção de viatura existente na Delegacia de Polícia desta cidade, bem como ao Encarregado do Serviço de Rádio da referida Delegacia de Polícia, que será liberada dentro da programação financeira do Município.

**CLAUSULA SEGUNDA** — A Secretaria de Segurança Pública, através da Polícia Civil, dotará o serviço em objeto, do pessoal necessário ao funcionamento Judiciário e repressivo para execução da atividade policial, estabelecida neste Convênio, no próprio município de Adrianópolis.

**CLAUSULA TERCEIRA** — Incumbirá à Secretaria de Segurança Pública, o fornecimento de material permanente ao funcionamento administrativo do órgão.

**CLAUSULA QUARTA** — Veículos, equipamentos e pessoal não poderão por nenhuma das partes, ser usados em outro mister ou setor, senão naquele indicado no preâmbulo deste instrumento ou seja de auxiliar a polícia.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas as partes constantes firmam o presente Convênio para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Adrianópolis, 25 de setembro de 1972

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública  
LOIZEL R. BITTERCOURT — Prefeito Municipal de Adrianópolis

# CONVÊNIO

Termo de Convênio, que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Rondon, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos cinco (05) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Alcindo Sisti, Prefeito Municipal de Rondon-Pr., tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.7.72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA** — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitem melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA** — Definições e legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual-Artigo 56) nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outras, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA** — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Rondon, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais

II — Pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA** — Da Contribuição e Delegação:

As atribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio, processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA** — Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA** — Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA** — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 5 de setembro de 1972.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública  
ALCINDO SISTI — Prefeito Municipal de Rondon

# PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Barracão, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Andrea Guareschi, Prefeito Municipal de Barracão, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA** — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA** — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

**CLAUSULA TERCEIRA** — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios — científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Barracão, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais

II — Pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA** — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio, processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA** — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para



todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 26 de setembro de 1972.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

ANDREA GUARESCHI — Prefeito Municipal de Barracão

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Indianópolis, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos cinco (05) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Waldemar Trevisan, Prefeito Municipal de Indianópolis - Pr., tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitem melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios — científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Indianópolis, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 5 de setembro de 1972.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

WALDEMAR TREVISAN — Prefeito Municipal de Indianópolis

#### TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Cianorte, Estado do Paraná, a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Ricardo de Queiroz Cerqueira, Prefeito Municipal de Cianorte — Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, depuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de CIANORTE, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 25 de outubro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Ricardo de Queiroz Cerqueira — Prefeito Municipal de Cianorte

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha



## TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Sertãozinho, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de mil, novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Mário Zanetta, Prefeito Municipal de Sertãozinho, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117, da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de SERTÃOZINHO, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais Curitiba, 30 de outubro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública

Mário Zanetta — Prefeito Municipal de Sertãozinho.

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

MENSAGEM 4-73  
Senhor Presidente:

Curitiba, 8 de fevereiro de 1973

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os Municípios de Marilena, Lobato, Cidade Gaucha, Alvorada do Sul e Marechal Cândido Rondon, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

## TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de MARILENA, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de mil e novecentos e se-

terta e dois, no Gabinete do Prefeito, presentes o Senhor Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Ernesto Mazzotti, Prefeito Municipal de Marilena, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64, de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo do convênio estipular o que adiante se segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de depuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de MARILENA, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais

Marilena, 04 de dezembro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Ernesto Mazzotti — Prefeito Municipal de Marilena

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha



## TERMO DE CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, a Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de LOBATO, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 20 (vinte) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor João do Souto Mello, Prefeito Municipal de LOBATO, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, depuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia e Polícia local e seus órgãos componentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de LOBATO, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais Curitiba, 20 de dezembro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

João do Souto Mello — Prefeito Municipal de Lobato

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

## TERMO DE CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de CIDADE GAUCHA, com a finalidade de traçar normas de mútua Cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio pla-

ca, presentes, o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Moacir Motta, Prefeito Municipal de CIDADE GAUCHA, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117, da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, da apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia e Polícia local e seus órgãos componentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de CIDADE GAUCHA, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais Curitiba, 27 de dezembro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Moacir Motta — Prefeito Municipal de Cidade Gaúcha

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

## TERMO DE CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos oito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Jayme Alves, Prefeito Municipal de Alvorada do Sul, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21.07.72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de Convênio estipular o seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.



— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento de capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, da apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia e Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, substâncias em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais Curitiba, 08 de janeiro de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Jayme Alves — Prefeito Municipal de Alvorada do Sul

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

#### TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, (PR), com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor (Assinatura ilegível), Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 31 (itens VIII e II) da Lei Orgânica dos Municípios (de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento de capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de depuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação

da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Cândido Rondon, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais Curitiba, 29 de novembro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

(Assinatura ilegível) — Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM

5/73

Senhor Presidente:

Curitiba, 8 de fevereiro de 1973

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamento para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Antonio José Portes, Prefeito Municipal de São Mateus do Sul, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:



**CLAUSULA PRIMEIRA****Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e de correntes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA****Definições e legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, depuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA****Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através do prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de SÃO MATEUS DO SUL, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior.

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA****Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA****Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA****Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA****Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 15 de dezembro de 1.972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Antônio José Portes

Prefeito Municipal de São Mateus do Sul

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAI****CONVENIO**

Termo do Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Senhor (Assinatura Ilegível), Prefeito Municipal de Santa Isabel do Ivaí, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e

o artigo 51, (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64, de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-VII-72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo do convênio estipular o seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA****Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e de correntes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA****Definições e legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA****Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí, em contra partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestas incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA****Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia no setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA****Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois de uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA****Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA****Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

(Assinatura Ilegível)

Prefeito Municipal de Santa Isabel do Ivaí

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Bandeirantes, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 25 dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário



Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Luiz Meneghel, Prefeito Municipal de Bandeirantes, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e de correntes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56) nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos, revisões periódicas quando cessadas as garantias dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, neste incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e de instalações, internas e externas, dos órgãos, locais ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma de legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do Setor da estrutura orgânica Municipal conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA

##### Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado a outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo a coletividade do Município ou a Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes, firmam o presente convênio para que produza os efeitos legais.

Curitiba, 25 de outubro de 1972  
Mário Carneiro Portes  
Secretário da Segurança Pública

Luiz Meneghel  
Prefeito Municipal de Bandeirantes

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

— A Comissão de Constituição e Justiça.

ração tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero à Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Carliópolis — PR, com a finalidade de traçar Normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 07 (sete) dias do mês de novembro do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Homero Ravedutti, Prefeito Municipal de Carliópolis — PR, (Interventor Federal), tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estimular o que adiante se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e de correntes providências de manutenção, e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Art. 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apurações das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Carliópolis, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos; ou

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtos;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestas incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locais ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 07 de novembro de 1972.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

HOMERO RAVEDUTTI — Prefeito Municipal de Carliópolis — PR.

as. Ilegível — Testemunha

as. Ilegível — Testemunha

MENSAGEM N. 6-73

Curitiba, 14 de fevereiro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Carliópolis, Guarapuava, Santa Amélia, Palmas; Jussara e Maringá; objetivando estabelecer normas de mútua coope-



Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos treze (13) dias do mês de setembro do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Senhor Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Doutor Moacyr Silvestri, Prefeito Municipal de Guarapuava, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117.º da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental data de 21.VII.72, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Art. 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apurações das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Guarapuava em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtos;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestas incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locais ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 13 de setembro de 1972.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

MOACYR SILVESTRI — Prefeito Municipal de Guarapuava

as. ilegível — Testemunha

as. ilegível — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

Térmo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santa Amélia, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 25 dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Paulo Baptistone, Prefeito Municipal de Santa Amélia,

tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual, e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72, publicada no Diário Oficial n. 102, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Art. 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apurações das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestas incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locais ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para produza os seus efeitos legais. Curitiba, 25 de outubro de 1972.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

PAULO BAPTISTONE — Prefeito Municipal de Santa Amélia

as. ilegível — Testemunha

as. ilegível — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Térmo de convênio que entre si fazem a Polícia do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Palmas, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a delegacia de polícia local e a manutenção dos mesmos.

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Oscar Rocker, Prefeito Municipal de Palmas, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.VII.72 resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, e utilização desses recursos.



— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Art. 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Palmas, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestas incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locais ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipulações, as partes constantes firmam o presente convênio para produza os seus efeitos legais.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

OSCAR ROCKER — Prefeito Municipal

as. ilegível — Testemunha

as. ilegível — Testemunha

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Jussara, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Geraldo Scramin, Prefeito Municipal de Jussara, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21.07.72, publicada no Diário Oficial n. 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Art. 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apurações das

infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Jussara, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestas incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locais ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 19 de janeiro de 1.973

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

GERALDO SCRAMIN — Prefeito Municipal

as. ilegível — Testemunha

as. ilegível — Testemunha

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura do Município de Maringá, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção dos mesmos.

Aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Senhor Secretário, presentes o Gen. Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Dr. Adriano José Valente, Prefeito Municipal de Maringá, tendo em vista o que preceitua o Artigo 113 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permita melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;



b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Maringá - Pr., em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos;

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 11 de setembro de 1972

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

ADRIANO JOSE VALENTE — Prefeito Municipal

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM 7/73

Curitiba, 14 de fevereiro de 1973

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Coronel Vívda e Iguaçu, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VÍVDA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Coronel Vívda, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Angelo Mezzomo, Prefeito Municipal de Coronel Vívda, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 18-09-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento e aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Coronel Vívda, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 04 de outubro de 1972.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

ANGELO MEZZOMO — Prefeito Municipal de Coronel Vívda

Testemunha — (Ass. ilegível)

Testemunha — (Ass. ilegível)

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Iguaçu, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos à Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gál. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o senhor Alberto Brunetti, Prefeito Municipal de Iguaçu, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-07-72, publicado no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as Cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento e aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos



setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repór de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Iguaçu, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 19 de janeiro de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

ALBERTO BRUNETTI — Prefeito Municipal de Iguaçu

Testemunha — (Ass. ilegível)

Testemunha — (Ass. ilegível)

— A Comissão de Constituição e Justiça.

## OFÍCIOS:

— Sob os n.ºs. 282, 283, 284, 285 e 289-72, do Senhor Governador do Estado comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

192-72 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 49-72 encaminhando Proposta Orçamentária, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.357. — *Agradeça-se.*

29-72 — Do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de Utilidade Pública a Liga Comunitária de Combate ao Tóxico, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.359. — *Agradeça-se.*

20-72 — Do Senhor Deputado David Federmann, que declara de Utilidade Pública, a Casa da Amizade de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.360. — *Agradeça-se.*

203-72 — Do Senhor Deputado Jorge Sato, que acresce de mais quatro (04) passando de dezessete (17) para vinte e hum (21), o número de Vereadores junto à Câmara Municipal de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.355. — *Agradeça-se.*

198-72 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 58-72, que oferece as quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado, em garantia das obrigações que a COPEL assumirá em empréstimos de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.356. — *Agradeça-se.*

163-72 — Oriundo de Mensagem Governamental que encaminha Proposta Orçamentária, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.358. — *Agradeça-se.*

195-72 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 52-72, que encaminha anteprojeto de lei e exposição de motivos, do Senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular, a Lei do Imposto sobre Operações relativas à circulação de mercadorias, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.364. — *Agradeça-se.*

— Sob os n.ºs. 276, 277, 278, 279 e 288-72, do Senhor Governador do Estado comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs:

260-71 — Do Senhor Deputado Domicio Scaramella, que visa transferir a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e elhoria, a estrada que liga São Mateus do Sul a Rio Azul, passando por Porto Soares no Rio Pottinga. — **A. C. C. J.**

316-70 — Do Senhor Ex-Deputado Olavo Ferreira, que visa alterar a redação da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, a fim de incluir no art. 10 da Lei n.º 5.957, de 20 de junho de 1969, um parágrafo único assegurando aos professores de Pedagogia e Música em exercício no ensino primário ou médio, o direito de serem enquadrados no cargo de Professor Licenciado nível 24. — **A. C. C. J.**

150-71 — Dos Senhores Deputados Basilio Zanusso e Quielse Crisóstomo da Silva, visando celebrar através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com os Municípios de Atalaia e Flórida, destinado à construção de uma ponte, em concreto, sobre o rio Pirapó, na divisa entre os referidos Municípios. — **A. C. C. J.**

163-71 — Do Senhor Deputado Nivaldo Krüger que visa a construção de um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Pitanga. — **A. C. C. J.**

199-72 — Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que visa denominar Ernest Milani a unidade escolar do Distrito de Borda do Campo, Município de Quatro Barras. — **A. C. C. J.**

## REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 4-73.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 48-72.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento da Exma. Sra. Maria Cristina Reffo, ocorrido nesta Capital.

A extinta pertencia a tradicional família desta cidade de elevado conceito em nosso comércio.

Requer-se, outrossim, que da deliberação deste Plenário seja dada ciência à família enlutada, à rua Visconde de Nacar, 507.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1973

(a) — Erondy Silvério

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Américo Sugamoto, progenitor do funcionário deste Poder Legislativo Sr. Joaquim Sugamoto.

Outrossim solicita ainda da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1973.

(a) — Erondy Silvério

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações à Primeira Igreja Batista de Curitiba pela posse de seu novo Pastor Marcílio Gomes Teixeira, ocorrida no dia 11 de fevereiro.

O Pastor Marcílio Gomes Teixeira, veio da cidade do Rio de Janeiro, para dar a sua melhor colaboração para o aperfeiçoamento espiritual do povo curitibano e paranaense. Daí a nossa satisfação em recebê-lo.

Requero outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado e ao jornal "O Batista Paranaense".

Sala das Sessões, 02 de março de 1973.

(a) — Igo Losso

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de regozijo pela eleição do Senhor Mario Stadler de Souza para a Presidência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Conhecedor profundo dos problemas que afetam a nossa agricultura, pois com ele convive há vários anos, Mario Stadler de Souza poderá dar à FAEP o mesmo dinamismo que já empregou no desenvolvimento da Siderúrgica Guaira e nas atividades do Grupo Esmeralda. Militar brilhante, prestou, também, grandes serviços ao Exército Brasileiro.

O atual estágio em que vive a agricultura de nosso Estado, em sua transformação da monocultura do café para a diversificação da produção, necessita de valores novos à testa de entidades como a FAEP, principalmente agora, quando, graças à penetração dos meios de comunicação no meio rural, dia a dia vem aumentando os adotadores de técnicas racionais no cultivo. Isto para não falar dos incentivos dados à produção e a nova política de exportação, a ser consumada através dos corredores.

A sua eleição, pois, para aquele importante organismo constitui motivo de satisfação para todos os que têm a oportunidade de conhecê-lo, principalmente sua capacidade de homem de luta.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1973.

(a) — Mauricio Fruet.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de regozijo ao jornalista e cronista Wanderley Dias, pela publicação, e mdata de 23 de fevereiro de 1973, no jornal Gazeta do Povo, da "Crônica 4.000" de sua apreciada seção "A Vista do Meu Ponto".

Analisando fatos humanos e de atualidade, Wanderley Dias retrata admiravelmente os mais variados assuntos muito contribuindo com sua cultura e inteligência à Comunidade paranaense.

Outrossim, aprovado o presente dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1973.

(a) — Mauricio Fruet

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, o documento anexo, para que sejam tomadas as providências necessárias.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1973.

(a) — Antonio Belinatti

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no jornal "Gazeta do Povo", edição de hoje, 8.3.73, sob o título "O Paraná e a empresa de Itaipu".

Não podem os representantes do povo ficar alheios à empreendimentos



de tanta magnitude, que trará ao Paraná a construção da Usina de Itaipu, que produzirá 11 milhões de quilowatts de energia sendo desta forma a maior hidro-elétrica do mundo.

A construção da Usina de Itaipu, realmente, deverá marcar nova época na História do Paraná, pela grandiosidade do empreendimento e pela repercussão que fatalmente terá nas áreas econômicas e social desta região do País.

Nosso regozijo ao tradicional jornal a "Gazeta do Povo", por ter sido a primeira voz a dar conhecimento publicamente de tal evento, que será o orgulho não só dos paranaenses como de todos os brasileiros.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se conhecimento aos diretores do matutino a Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1973.

(a) — Nelson Buffara

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições degimentais, requer Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 4/73, assim como a sua inclusão para votação na Ordem do Dia da Sessão de amanhã.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1973.

(a) — Olavo Ferreira

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, e Considerando que, o Município de São Jerônimo da Serra, possui diversos Distritos Administrativos e Judiciários populosos e em pleno progresso, sem possuírem energia elétrica;

Considerando que, entre eles, se destacam os Distritos de São João do Pinhal, Pote, Taquara, Vila Nova e Terra Nova;

Considerando que, no exercício de 1971, o Departamento de Águas e Energia Elétrica, com recursos próprios, tinha programado para aquele exercício, a construção da linha energética aos Distritos de São João do Pinhal, Pote, Taquara e Vila Nova, e somente não se realizou a construção nessa região, por ter a Copel assumido o controle de exploração energética;

Considerando finalmente, que os reclamos da obreira população dos citados Distritos são generalizados para concretização de uma obra indispensável e que virá mais impulsionar o progresso dessas regiões.

Ouvindo o Plenário, solicitar ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de que, no programa da Copel para o exercício de 1973, as localidades citadas sejam servidas de energia elétrica, com a construção das redes respectivas.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1973

(a) Francisco Escorsin

#### PROJETOS DE LEIS:

##### Projeto de Lei n. 5-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1972.

(aa) Santos Lima

Agnaldo Pereira Lima

Basílio Zanusso

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense do Ministério Público, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Curitiba, que tem por objetivo promover e prestar assistência moral aos seus associados no exercício da função, estimular relações entre as associações congêneres e, a realização de conferências e congressos para o estímulo da cultura do direito, através de concursos, conferindo prêmios aos autores dos melhores trabalhos apresentados.

Trata-se de entidade tradicional e das mais prestigiosas dos meios jurídicos do nosso Estado, merecendo, pelos seus altos objetivos, ser declarada de utilidade pública.

Dadas as considerações expostas, esperamos o devido apoio dos ilustres Pares e a aprovação do projeto de lei ora proposto.

##### Projeto de Lei n. 6-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a "Caixa Beneficente dos Funcionários Municipais de Curitiba" CABEFUMC.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1973.

(a) Maurício Fruct

#### JUSTIFICATIVA:

A Caixa Beneficente dos Funcionários Municipais de Curitiba — CABEFUMC —, tem por objetivo prestar assistência social a seus associados e dependentes, nos termos dos estatutos devidamente registrados no Cartório, de 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sob n.º 2.243, livro "A-1" de Registro de Pessoas Jurídicas, conforme certidão anéxia.

Sendo uma entidade iminentemente social, visando unicamente ao bem estar de seus associados e dependentes, nada mais justo que o Estado do Paraná, venha através do presente plano de lei conceder o "Título de Utilidade Pública", dando condições de que venha a CABEFUMC poder receber verbas orçamentárias para melhor atender seus objetivos.

##### Projeto de Lei n. 7-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a senhora Edwigras Vitoslawski, ex-Professora Primária do Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1973.

(aa) Cândido Martins de Oliveira

#### JUSTIFICAÇÃO:

A senhora Edwigras Vitoslawski lecionou durante 8 (oito) anos, no Município de Almirante Tamandaré, tendo sido exonerada no ano de 1950, sem qualquer justificativa, e com o presente plano de lei, objetivamos amparar a situação precária em que se encontra a referida senhora, visto que a mesma atualmente sofre das faculdades mentais e sem condições de prover a sua própria subsistência.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição aos ilustres Pares, esperando que se dê o devido apoio e consequentemente aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É grande a nossa alegria em voltarmos a esta Tribuna por ocasião da terceira Sessão Legislativa do mandato que estamos cumprindo e gostaríamos nesta oportunidade de manifestar publicamente a nossa satisfação em contarmos em nossa Bancada, o MDB, com a ilustre figura do Deputado Iris Caldart, que vem para a Assembléia Legislativa, representando a região de Cascavel, região que sente a necessidade também de ter a Oposição nesta Casa, de Iris Caldart. Iris Caldart nos primeiros contatos com a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro — mostrou-se verdadeiramente um cposicionista afinado, um homem com uma grande bagagem, grande experiência, o que nos deixa bastante alegres e felizes com este novo companheiro.

E também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Londrina passa a contar com o seu quarto representante, o ilustre e valoroso companheiro Olavo Ferreira e que apesar de militar em partido adverso, apesar de ser politicamente nosso adversário, é inegavelmente um grande batalhador pelas grandes causas de Londrina e mesmo na oposição reconhecemos em Olavo Ferreira um dos maiores batalhadores em prol do município que representamos nesta Casa. No momento em que Londrina passa a figurar com quatro Deputados, temos certeza de que o nosso Município terá na pessoa de Olavo Ferreira, o seu defensor, assim como a magistrado e os servidores públicos vão contar com Olavo Ferreira, como também um dos seus grandes baluartes, como se caracterizou nesta Casa de Leis, na legislatura anterior.

Nossa saudação a Olavo Ferreira e Iris Caldart.

Sr. Presidente, gostaríamos nesta oportunidade de enaltecer o trabalho que o Governador em exercício, João Mansur, vem realizando nesses poucos dias de Governo, apesar de ocupar o cargo em caráter interino.

"Embora tenha ocupado a Chefia do Executivo Estadual há poucos dias, estamos acompanhando discretamente, através de contactos com os Senhores Deputados e pelo noticiário da imprensa, as suas atividades no Palácio Iguaçu.

E, se fazemos isso, é com o espírito voltado para os maiores interesses do Paraná e também, como um dos integrantes da Bancada do MDB, que tem uma posição definida de fiscalizar a atuação dos homens do Governo.

Observamos, desde o dia em que o Sr. João Mansur assumiu o Governo do Estado e sentimos que a sua presença no Palácio Iguaçu, não obstante decorridos apenas alguns dias, tem sido altamente positiva no que diz respeito aos interesses do desenvolvimento do nosso Estado.

Num breve retrospecto, constatamos que o Governador em exercício, já no dia seguinte à sua posse, reuniu-se com o Secretariado e determinou providências para que os problemas mais prementes não sofressem solução de continuidade, numa homenagem ao Governador Parigot de Souza. E acreditamos que o Secretariado empreste toda a sua decidida colaboração ao Governo João Mansur, sem medir esforços, correspondendo, as expectativas não só de Parigot de Souza, de João Mansur, como também de todo o povo paranaense.

De outra parte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pudemos observar que o Governador do Estado que já esteve em Irati, sua terra natal, vai amanhã a Paranavai e posteriormente a Londrina; não com o caráter político mas sim com o caráter estritamente administrativo.

Resaltamos que a visita de João Mansur será benéfica para todo o interior do Estado. Pois pudemos observar que em Irati havia alguns prefeitos que se sentiam tímidos em falar com autoridades tão importante como o Governador. E pudemos verificar que João Mansur os colocou bem à vontade.

É realmente motivo de júbilo para esta Casa de Leis saber da visita de João Mansur a Londrina que vai ter um cunho essencialmente administrativo, isto é, inspecionar as obras que lá se executam, ouvir as reivindicações dos Prefeitos do Norte-paranaense e conceder audiências aos dirigentes das entidades representativas da lavoura, de indústria e do comércio.

Resaltamos, igualmente, que a visita do Governador João Mansur não tem caráter político-partidário. S. Exa. receberá e dialogará, estamos certos, com os políticos não só do seu Partido, como também do MDB, visando sobretudo, conhecer os problemas que afetam a nossa região e, se possível, determinar, de imediato, as providências que se fizerem necessárias.

Sr. Presidente, gostaríamos, neste instante, de passar às mãos de V. Exa. uma carta que recebemos hoje.

O filho do trabalhador do Paraná, cada dia que passa, encontra maior dificuldade para enfrentar uma Faculdade. Uma Universidade Federal cobra apenas a taxa de matrícula do estudante e no interior do Estado, onde prolifera o maior número de universitários pobres, estamos vendo que as Universidades estão funcionando em regime de Fundação e uma Faculdade, por mais barata que seja, cobra do aluno um milhão e meio por ano.

Não é todo o estudante que pode frequentar uma Universidade no interior de nosso Estado e estamos aqui com uma denúncia contra a Universidade de Maringá, com firma reconhecida do estudante Oswaldo Jesus Filho, um trabalhador, um borracheiro que foi transferido para Curitiba. Ao pedir sua transferência da Universidade de Maringá, para vergonha de todos que têm a obrigação de defender o povo, a Universidade de Maringá exigiu daquele jovem trabalhador a enorme, a exorbitante quantia de 500 cruzeiros por uma folha de papel para transferir um trabalhador que cursava a Faculdade de Maringá e que desejava vir estudar em Curitiba.

Desejamos que V. Exa., após ouvida a Casa, encaminhe este documento ao Sr. Secretário de Educação e Cultura para evitar que no interior do Paraná o pobre venha a ser barrado nas portas da Universidade, para evitar que nas Universidades do interior apenas o filho do rico possa estudar, mas que o filho do trabalhador também tenha acesso aos bancos universitários. (Sem revisão do Orador).



O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero agradecer ao comentarista político da "Gazeta do Povo" pelas referências que fez a meu nome com relação ao controvertido assunto da liderança da ARENA nesta Casa.

Embora todos os Srs. Deputados talvez já tenham lido a nota, gostaria, se me permitem, de a ler, para que o povo tome conhecimento, o texto de "notas políticas" da "Gazeta do Povo". Diz o seguinte: (lendo)

"Os poucos Deputados Estaduais que permaneceram na Capital especularam longamente os novos acontecimentos que estão se verificando naquele Legislativo. Tudo gira em torno do problema da liderança.

Segundo alguns Deputados, embora não exista comunicação oficial, admite-se que o Deputado Cândido Martins de Oliveira deva ser o líder do Governo na Assembléia.

Ao mesmo tempo iniciou-se um movimento visando a escolha de um Líder de Bancada, um movimento que não é original, pois instalou-se nos últimos meses de 72, quando uma maioria de Deputados arenistas lutava pela criação de uma figura do Líder de Bancada.

Fatos diversos, principalmente a aproximação do término do período legislativo fizeram com que o assunto fosse postergado para o próximo ano e agora a questão voltou à baila.

Inúmeros Deputados reuniram-se 6a. feira e passaram a examinar o assunto e inclusive a consolidar o movimento em questão.

Mas, ao mesmo tempo, um grupo de Deputados apontava o nome do parlamentar Erondy Silvério para aquela função política a ser exercida dentro do Legislativo. A indicação daquele nome corresponde ao surgimento de outro candidato, estabelecendo-se, então a acirrada disputa cujo desenlace fez se imprevisível.

Outro agrupamento de Deputados indica o nome do Sr. Luiz Roberto Soares para a referida posição.

Enquanto tal acontece vem surgindo a luta de áreas arenistas no Legislativo, pressões no sentido de que não seja concretizado o aludido movimento, ou seja, a criação de uma segunda liderança.

Todavia informaram ontem diversos Deputados estaduais parecer pouco provável que venha a fracassar tal propósito. Pois o documento concebido na Assembléia e que, em sua íntegra, especifica uma posição da Bancada arenista no sentido de separar as lideranças, isto é, eleger uma liderança política que funcionaria paralelamente à liderança do Governo, esse documento contava, na sexta-feira, com dezesseis assinaturas.

Os Deputados que admitem a concretização de tal tese, informam, ainda, que as assinaturas correspondem a outros Deputados que não aquela pertencente ao agrupamento Quilse Crisóstomo da Silva. Assim, na somatória dos parlamentares, os dezesseis signatários e mais os oito ou dez Deputados, daquele grupo, estaria obtida a maioria suficiente para decidir e eleger um líder político".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez quero agradecer a lembrança que teve o comentarista da "Gazeta do Povo" ao citar o meu nome. Mas, quero reafirmar, aqui, o mesmo propósito que tive para comigo mesmo quando deixei as honrosas funções de Líder de um dos maiores governos que conheceu a história do Paraná, e que foi o governo de Paulo Pimentel. Quando deixei aquelas funções, assumi um compromisso comigo mesmo, que aqui, dentro deste Legislativo, ser apenas o Representante do Povo, trazendo à esta Tribuna, todos os problemas do próprio povo e que forem trazidos ao meu conhecimento.

Jamais poderia aceitar, se escolhido fosse, uma posição de líder, quando nem sempre o homem tem independência para dizer aquilo que sente, aquilo que pensa. Se participei desse movimento foi porque achei que é uma questão de afirmação da Bancada da ARENA, nesta Casa. Retirei a minha assinatura do documento anterior, fato que toda a Casa conhece e que não deixo relembrar neste momento. Mas, integro-me ao novo movimento. Obedeci à liderança do Deputado que foi escolhido, porque acho que só com o Líder da Bancada é que o Deputado poderá fazer-se ouvir pelo Governo, só através da liderança da Bancada é que os Srs. Deputados não precisarão mais mendigar nos corredores das Secretarias, o atendimento das reivindicações do povo paranaense. Só com a Bancada unida, independente e forte, que se faça ouvir pelo Governo, é que os Srs. Deputados poderão cumprir com a sagrada missão que lhes confiou o povo do Paraná.

Não vai nisso nenhum demérito ao Sr. Líder do Governo. O Sr. Líder do Governo terá outra função que é o encaminhamento das questões do Governo dentro do Legislativo, da harmonia entre os dois Lídere é que surgirá um trabalho profícuo a favor da gente paranaense. Não vejo porque determinados Srs. Deputados que advogam e até lutavam por essa solução, hoje, esquecem-se dela e lutam por uma contrária. Não vejo o porquê, se a situação dentro do Legislativo é a mesma do final de 1.972. A Bancada precisa ter o seu Líder para que leve ao Governo, para que leve aos Secretários de Estado, à administração pública, as legítimas reivindicações do povo do Paraná.

Era este esclarecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que queria fazer e afirmar de público que não sou candidato a Líder da Bancada. Serei eleito e um comando do Líder a ser escolhido pela Bancada que, tenho certeza, no final, fará essa escolha, porque é uma legítima aspiração da maioria de seus membros.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante o Expediente, o Sr. 1.º Secretário teve oportunidade de ler Requerimento de nossa autoria, no qual expressávamos a nossa satisfação e nos parabenizamos ao jornal "Gazeta do Povo", por ter, hoje, em seu editorial, um artigo que reputados da mais alta importância, do mais elevado significado para o nosso Estado.

O requerimento, como já disse, foi lido pelo Sr. 1.º Secretário. Não há necessidade, portanto, de o lermos novamente. Apenas quero ter o prazer de ler, aos Srs. Deputados, o artigo a que me referi, porque talvez alguns dos Srs. não tenham tido oportunidade de lê-lo.

Diz o artigo: (lendo) "PARANÁ e a empresa de Itaipu"

"Gazeta do Povo" quer ter a primazia de ser a primeira voz a vir, publicamente, colocar um importante problema do relacionamento do Paraná e o expressivo acontecimento que será a construção da Usina de Itaipu, a maior hidroelétrica do mundo, que deverá produzir 11 milhões de quilowatts".

Sabemos os Srs. Deputados que atualmente no mundo, a maior hidroelétrica é a de Assuá. A de Itaipu terá o dobro da capacidade que possui a de Assuá.

"Itaipu, no território paranaense, é um episódio que — Como a Central do Paraná — deverá, na área energética e com seus desdobramentos econômicos, sociais e até políticos, marcar uma página da história de nosso Estado. Não podemos ficar alheios à importância desse fato, mas, ao revés, precisamos, pela esclarecida consciência das figuras mais lúcidas da vida atual paranaense, porfiar em ter — ao máximo possível, mas atentando para a transcendência nacional e internacional — presença nesse monumento que haverá de orgulhar o nosso sentimento brasileiro.

Devemos ressaltar que, em consequência de entendimentos que vêm sendo processados, o Brasil e o Paraguai terão condições de criar uma empresa binacional, que terá a função de construir a hidroelétrica de Itaipu. Até agora, vencidos intrincados e delicados problemas internacionais, estamos vivendo a fase da apreciação do relatório entregue pela "Electroconsult" (firma que fez o projeto de viabilidade de Itaipu). A partir do próximo mês, em abril, serão feitos os debates sobre o tratado bilateral, depois de assinados os protocolos de consulta entre o nosso país e o Paraguai. Para isto, o Presidente Stroessner virá a Brasília, num acontecimento a mais dentro dos lances que deverão resultar na constituição de uma empresa que construirá Itaipu.

É para este ponto que desejamos, desde logo, procurar sensibilizar as atenções dos paranaenses. Essa empresa deve — esta é a tese que defendemos — contar com a colaboração de vultos do Paraná. Ninguém desconhece que, principalmente no último decênio, o COPEL realizou uma notável obra em termos da formação humana de técnicos, com excelente "know-how" na área energética. A comprovação disso, inclusive, se pode verificar nas delegações à COPEL, por parte da "ELETROSUL", para a condução dos trabalhos da grande usina que está sendo construída, no sudoeste, no Rio Iguaçu.

Temos material humano, no Paraná, para altas funções nessa empresa que construirá, no território paranaense, a usina de Itaipu, no nosso "rio-fronteira".

Como nossa presença nos altos níveis da administração federal, é pequena ou, virtualmente, nenhuma, nada mais oportuno, ao nosso ver, que a liderança do nosso Estado tome consciência dessas perspectivas que se estão desenhando, no sentido de que fizéssemos sugestões de nomes — que os temos em altas condições técnicas, com excelente gabarito administrativo e seguros padrões de probidade no trato com dinheiros públicos — para a composição da representação brasileira nessa empresa que vai construir Itaipu.

Esta é uma tese que "Gazeta do Povo" levanta à consideração da nossa "intelligentia" na certeza de que poderemos oferecer, em termos humanos de paranaenses, uma contribuição vigorosa para que o Brasil faça, com o aproveitamento de 7 Quedas, uma das grandes demonstrações de afirmação e de empreendimento em todo mundo".

Na nossa apreciação sobre este editorial, temos certeza que todos os Srs. Deputados virão comungar com o nosso pensamento.

"Apoiamos integralmente a tese exposta pelo jornal "Gazeta do Povo", isto porque o desenvolvimento do Estado do Paraná, requer a presença de um elemento paranaense na Diretoria da Empresa que irá construir a Hidroelétrica de Itaipu.

Inicialmente, porque dispõe o Paraná de elementos humanos com conhecimentos teóricos e vivência prática já demonstrados por ocasião da realização de empreendimentos similares, aptos a responder por um cargo dessa magnitude.

E, por outro lado, com conhecimento suficiente da realidade paranaense a fim de sensibilizar aos demais membros de Diretoria e ao Governo Federal para as obras de infraestrutura que se farão necessárias, notadamente no setor de comunicações, com o prolongamento do ramal ferroviário de Guaraçuva até Foz do Iguaçu e a conclusão da pavimentação da BR-369 Cascavel-Campo Mourão.

Além disso, colaborar no sentido do Parque Industrial Paranaense vir a ser o grande fornecedor de insumos provenientes da Construção Civil o qual terá alto efeito multiplicador sobre a economia estadual, além de favorecer a criação de indústrias complementares para a concepção do empreendimento.

A localização ótima apontada pela "ELETROCONSULT" para a construção de Itaipu, cerca de 20 km. de Foz do Iguaçu, rio acima, trará oportunidade de absorver grandes parcelas de mão-de-obra cuja demanda é de aproximadamente 80 mil empregos anuais.

Concluindo, devem as autoridades paranaenses sensibilizar-se por esta tese, porquanto ela representará muito para o desenvolvimento do Paraná".

Realmente, temos nomes de enorme mérito, de condições excelentes para ocupar uma das Diretorias da hidroelétrica de Itaipu. Sem querermos menosprezar nomes de não somenos importância, lembrarmos um já demonstrou e provou, quando Diretor da Eletrobrás, sem um técnico no setor energético de incontestável capacidade. Referimo-nos ao eminente paranaense Maurício Schulmann. Além dele existem outros nomes que estão em condições excelentes para ocupar cargos de Diretoria na hidroelétrica de Itaipu.

O Sr. Maurício Frut — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Lembra V. Exa. a esta Casa a importância que representará para o nosso Estado a construção da hidroelétrica de Itaipu.

Queremos, apenas, em nome do Movimento Democrático Brasileiro nos solidarizarmos com V. Exa. pela forma fiel com que retratou o episódio e, ao mesmo tempo, esperamos que o que o nobre Deputado pediu ao final se concretize, se torne uma realidade, isto a entrega a técnicos do Paraná dos postos mais importantes desta hidroelétrica.

Na realidade, nossos técnicos já demonstraram, no exercício das mais elevadas funções junto a órgãos do Governo Federal, a sua competência. Portanto não seria justo que se menosprezasse, mais uma vez, a nomes ilustres que compõem o setor técnico energético de nosso Estado.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o seu aparte. Realmente, temos elemento humano capaz de ocupar as mais altas funções neste plano nos próximos doze ou quinze anos, uma vez que a sua conclusão está prevista



para a década de 80. Somente nessa ocasião é que esta obra será uma realidade. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA  
com a presença de 33 srs. Deputados.

Sobre a mesa. Projeto de Lei de autoria dos srs. Deputados Santos Lima, Aguiinaldo Pereira Lima e Basílio Zanusso, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apreciado. Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apreciado. Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apreciado. Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 65-72, de autoria do Deputado Erondy Silvério, acresce do Parágrafo que especifica, o artigo 140, da Lei n. 6.174, de 16.11.70. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 130-72, de autoria do Deputado Igo Losso, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Exmo. Sr. Dr. Roland Zimmermann, Consul Geral da República Federal da Alemanha no Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 131-72, de autoria do Deputado Igo Losso, declara de Utilidade Pública, o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 197-72, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao General Luiz Carlos Tourinho. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 17-72, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a Agostinho Correa de Bittencourt. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 103-72, de autoria do Deputado Alvaro Dias, declara de Utilidade Pública, o Diretório "Frederico Hermann", pertencente a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 105-72, de autoria do Deputado Alvaro Dias, declara de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico XXI, de abril da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 48-72, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, no Bairro do Aeroporto, cidade de Londrina e dá outras providências. — Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J. e favorável da C.F. Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

#### PROJETO DE LEI N. 48-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no bairro do Aeroporto, na cidade de Londrina.

Art. 2.º — As despesas referentes a esta autorização correrão por conta da dotação orçamentária a ser prevista para a Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salas das Sessões, em 16 de maio de 1972.

a) Dep. Antonio Belinati.

#### JUSTIFICATIVA:

O bairro do Aeroporto na cidade de Londrina é um dos mais progressistas daquela cidade apesar de distante do centro.

Aproximadamente 3 mil alunos, ali residentes vem, com enormes dificuldades e despesas de transporte, realizando seus estudos ginasiais em outros estabelecimentos da cidade pela falta de um Ginásio no bairro. Este projeto, que dá autorização ao Poder Executivo, a criar um Ginásio Estadual naquele bairro, além da grande massa de estudantes que atenderá, ali residentes, também os dos bairros de Cervejaria, Boa Vista, Vila Ocean, Jardim Europa, Jardim Mazzei e Califórnia.

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 48-72

Autor: Dep. Antonio Belinati

Súmula: Cria Ginásio no bairro do Aeroporto em Londrina.

A matéria do projeto em questão para se concretizar não depende de lei, porquanto faz parte da competência ordinária do Executivo, no exercício de suas funções institucionais; ainda que necessitasse de Lei, seria defeso ao deputado ou comissão propor o respectivo projeto de lei em face da vedação expressa da Carta Estadual, no artigo 35.

Além disso, o disposto no art. 30, da Lei n. 4.978, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), votado por este Poder estabelece que tais unidades de ensino sejam criadas mediante decreto do Executivo por proposta da Pasta da Educação.

Por fim, razões de ordem técnico-administrativas desaconselham a ingerência do legislador, muitas vezes leigo no assunto, na execução de planos acabados para a expansão da rede escolar.

Entendo que o recurso regimental da indicação atinge mais ordenadamente o objetivo, cuja nobreza é evidente, em benefício da administração, da

comunidade e, por que não confessar do próprio Deputado que assim realiza parte de sua missão.

Opino pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Santos Lima

Emílio Carazzai

Ovidio Franzoni

Luiz Roberto Soares

Cândido Martins de Oliveira

#### Comissão de Finanças

AUTOR: Dep. Antonio Belinati

#### PROJETO DE LEI N. 48-72

#### PARECER

Traçando-se de projeto autorizador, somos pela aprovação

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antonio Lopes Júnior — Relator

Maurício Fruet

Jorge Sato.

O SR. PRESIDENTE — Os srs. Deputados que rejeitem o Projeto de Lei n. 48-72, com parecer contrário, permaneçam como estão.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência determina ao Sr. 2.º Secretário que proceda a chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de quorum.

(É feita a chamada)

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, data vênica o entendimento dessa Presidência, o projeto de Lei n. 48-72 deveria ter ido na época devida, à audiência da Comissão de Educação nesta Casa. Houve, por certo, por parte da Mesa um lapso por ocasião da inclusão deste Projeto de Lei na Ordem do Dia. Pediria a retirada da Ordem do Dia, deste Plano de Lei, para que voltasse à Comissão de Educação, para sua audiência.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 48-72, para que seja encaminhado à Comissão de Educação. — Aprovado.

A Mesa aprovou em Sessão anterior, Requerimento de autoria do sr. Deputado Olavo Ferreira, solicitando constituição de Comissão para representar esta Casa de Leis, na Exposição Agro-Pecuária, em Paranavai e, ficaram designados os srs. Deputados Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Basílio Zanusso e Antonio Belinati para comporem a referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Cristina Reffo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Américo Sugamosto. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao jornalista a Cronista Vanderley Dias, pela publicação, em data de 13.2.73, no jornal "Gazeta do Povo", da "Crônica 4.000" de sua apreciação seção "A Vista do Meu Ponto". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que, no programa de eletrificação da Copel para o exercício de 1973, sejam servidas diversas localidades. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Primeira Igreja Batista de Curitiba, pela posse de seu novo Pastor Márcilio Gomes Teixeira. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira e outros, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 4-73, assim como a sua inclusão para a votação na Ordem do Dia da Sessão de amanhã. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela eleição do Senhor Mario Stadier de Souza para a Presidência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, documento contendo denúncia no setor de ensino. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no Jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Paraná e a empresa de Itaipu". — Aprovado.

(O editorial encontra-se inserido no discurso proferido pelo sr. Deputado Nelson Buffara, na Hora do Expediente, da presente ata).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, sexta-feira, à Hora Regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 17-72 103-72 e 105-72.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 152-72 e 4-73.

Levanta-se a sessão.

#### PORTARIAS:

#### PORTARIA N. 43-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

designar Antonio Carlos Dantas, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Secretário da Comissão Especial Permanente, criada através do Decreto Legislativo n. 22-73, de 16 de fevereiro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de fevereiro de 1973

a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

#### PORTARIA N. 44-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do



Processo protocolado sob o n. 1.001, de 20 de fevereiro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

Lotar o 1.º Sargento da Polícia Militar Leonidas Ramos da Silva, ora a disposição deste Poder, no Serviço de Segurança desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de fevereiro de 1973.

- a) **FAUSTO LUIZ ABR Y**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 45-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Lotar Blumer Bosquilia, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, no Serviço de Assistência Judiciária.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de fevereiro de 1973.

- a) **FAUSTO LUIZ ABR Y**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 46-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Lotar Edgar Távora Jr., funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Judiciária.

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de março de 1973.

- a) **FAUSTO LUIZ ABR Y**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 47-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 392, de 17 de janeiro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar Ernesto Gomes Cordeiro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de Motorista, no Gabinete do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, a partir de 17 de janeiro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de março de 1973

- a) **FAUSTO LUIZ ABR Y**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 48-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

retificar a Portaria n. 22-73, de 17 de janeiro de 1973, a fim de declarar que as férias são referentes ao exercício de 1972 e não como consta no citado ato.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de março de 1973

- a) **FAUSTO LUIZ ABR Y**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 49-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1.157, de 26 de fevereiro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

Lotar João Maria de Freitas, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, no Serviço de Assistência Social.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de março de 1973.

- a) **FAUSTO LUIZ ABR Y**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 50-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.001, de 20 de fevereiro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

Lotar Leonidas Ramos da Silva, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, no Serviço de Segurança.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de março de 1973

- a) **FAUSTO LUIZ ABR Y**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 51-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 979, de 19 de fevereiro de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a Gaudencia Gil Teixeira, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de férias referentes ao exercício de 1972, a partir de 1.º de março de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de março de 1973.

- a) **FAUSTO LUIZ ABR Y**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 52-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 977, de 19 de fevereiro de 1973, deste Poder

**RESOLVE:**

conceder à Durvalina dos Santos, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 16 de fevereiro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de março de 1973.

- a) **FAUSTO LUIZ ABR Y**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 53-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1.107, de 22 de fevereiro de 1973, deste Poder

**RESOLVE:**

conceder a Aldo Angelo Sperandio, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.973, a partir de 05 de março de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de março de 1973.

- a) **FAUSTO LUIZ ABR Y**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 54-73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1.168, de 26 de fevereiro de 1973, deste Poder

**RESOLVE:**

conceder a Rogério Berger, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 1.º de março de 1.973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de março de 1973.

- a) **FAUSTO LUIZ ABR Y**  
Diretor Geral